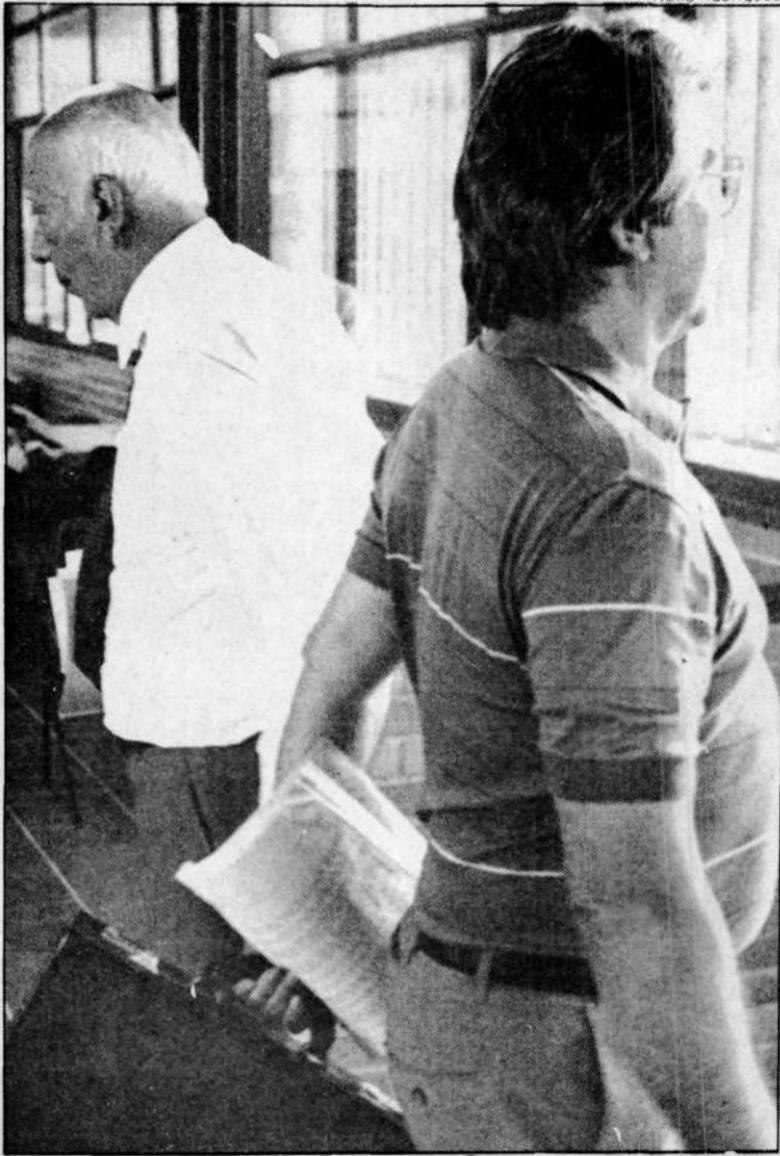


# Implantação gradual é fórmula de viabilizar parlamentarismo

Nélio Rodrigues



Durante a reunião, Ulysses passa por Covas sem cumprimentá-lo

A implantação gradual do parlamentarismo no Brasil, sem alterar os atuais poderes do presidente José Sarney, poderá ser a opção constante do segundo substitutivo do deputado Bernardo Cabral. Segundo o senador José Richa, líder do grupo dos 32, esta tese, que já tem a simpatia de Cabral e representa a única possibilidade de se obter a aprovação do parlamentarismo na Assembleia Nacional Constituinte.

Ele informou ainda que Cabral já começou a negociar entre as lideranças um acordo para a implantação gradativa do sistema: "Ontem, ele manteve um encontro com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e conversou sobre o assunto, e as negociações com os líderes de partidos deverão prosseguir durante os dez dias de prazo do relator para apresentar o seu segundo substitutivo".

Richa ressaltou, no entanto, que o seu grupo não apresentou formalmente qualquer emenda sobre a questão, preferindo manter o texto do atual substitutivo de Cabral: "Nós só lançamos a idéia; agora, alguns parlamentares, a partir

dela, já estão apresentando propostas, como os deputados Cid Carvalho e Bonifácio de Andrada".

## Mandato

Segundo Richa, a implantação gradual do parlamentarismo não está necessariamente vinculada ao tempo de duração do mandato do presidente Sarney: "A idéia central é não limitar os poderes do atual presidente durante o seu mandato, pela implantação do novo sistema". Sobre a proposta de Cid Carvalho, de fixar em seis anos o mandato de Sarney, disse que é um ponto a ser negociado entre as lideranças: "Se o PMDB aceita ou não seis anos para Sarney não me cabe responder. Além do mais, a proposta de seis anos não é minha".

Desde ontem, Bernardo Cabral começou a trabalhar no seu novo substitutivo, com a cooperação de Richa e do coordenador do Grupo do Consenso, deputado Euclides Scalco. Segundo Richa, esse trabalho consiste apenas em aprimorar a redação do atual substitutivo, sem qualquer intuito de modificar o mérito sobre as questões mais polêmicas: "Os pontos polêmicos só serão modificados na medida em que evoluírem as negociações com as lideranças partidárias. E nesse sentido que o relator trabalhará durante toda esta semana".

## Tentativa é evitar confronto

O Governo quer evitar o confronto na votação do sistema de Governo, em plenário. Para isso, o debate deve esgotar qualquer resíduo de resistência ao presidencialismo, nesta fase preliminar. A informação foi dada ontem pelo ministro Costa Couto, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, após a parada militar de sete de setembro.

Embora o chefe do Gabinete Civil acredite em acordo antes da votação, o líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, também presente à parada militar, já admite a possibilidade de levar a plenário os dois sistemas de Governo, para que os constituintes decidam.

"Se não houver acordo — disse Sant'Anna — o jeito é levar a votação a plenário. Não podemos ficar discutindo indefinidamente e nem adiar o calendário da Constituinte", completou o líder do Governo, acrescentando ainda que todas as possibilidades de negociação estão "sendo tentadas".

As negociações entre o Governo e os parlamentaristas, segundo o ministro Costa Couto, "continuam em andamento". Ele negou qualquer impasse nos debates, afirmando que o presidente Sarney "ainda não analisou a proposta encaminhada no último sábado pelos

parlamentaristas. Por isso, seria precoce dizer qual a posição do Governo sobre a questão".

## Conciliação

Costa Couto disse ainda que apesar das divergências "nós estamos caminhando para uma conciliação". Esta conciliação, segundo o ministro, se concentra em dois pontos: o sistema presidencialista de Governo e mandato de cinco anos para o presidente da República. Disse ele ainda que "todos estão empenhados no diálogo e, por isso, vamos continuar mantendo os entendimentos".

Esses entendimentos, na opinião do ministro, "vão produzir bons resultados para todos nós e o Governo sente-se homenageado por todos aqueles que procuram o diálogo".

"As cartas estão na mesa — afirmou Costa Couto — agora fica mais fácil debater. Os presidencialistas, na nossa avaliação, estão em maioria. Os parlamentaristas dizem que contam com mais votos mas, na nossa avaliação, se não se chegar a um consenso, prevalece o presidencialismo".

Apesar de ter certeza da maioria, o chefe do Gabinete Civil reafirmou que se deve "evitar qualquer confronto" e chegar para a votação "com o consenso firmado".

## Pontos polêmicos serão debatidos em três dias

Os pontos polêmicos do atual projeto de Constituição apresentado há duas semanas pelo relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB/AM), serão amplamente debatidos pelos constituintes de hoje até a próxima quinta-feira (17), em três sessões diárias de quatro horas cada uma. No dia 15 esgota-se o prazo dado ao relator para elaborar o seu parecer sobre cerca de 13 mil emendas, devendo concluir por um segundo substitutivo ao projeto de Constituição.

Os dias 16 e 17, respectivamente terça e quarta-feira, estão reservados para publicação dos avulsos e divulgação do segundo substitutivo elaborado pelo relator. A Secretaria da Comissão de Sistematização receberá nos dias 18 e 19 de setembro, os pedidos de destaque de emendas no horário entre 9 e 18 horas. Dia 20, os destaques serão ordenados e no dia 21 iniciará o processo de discussão e votação do substitutivo no âmbito da Sistematização, que deve concluir esta etapa até o dia 02 de outubro.

Segundo o cronograma da comissão o projeto deverá chegar ao plenário da Constituinte no dia 03 de outubro para votação em primeiro turno. O que os constituintes aprovarem durante os 40 dias regimentais para discussão em primeiro turno, voltará para a Sistematização, que num prazo de dez dias preparará a redação para debate em segundo turno. A votação nesta primeira etapa será feita por títulos ou capítulos, ressaltados emendas e destaques.

Após concluída essa votação, será votado o destaque do referido capítulo.

Esta nova redação ficará na Ordem do Dia durante 15 dias, vedada apresentação de novas emendas, salvo as supressivas e aquelas destinadas a sanar omissões, erros ou contradições. Cumprida esta etapa, o projeto retornará novamente à Sistematização para que o relator, num prazo de 10 dias dê o seu parecer sobre as emendas apresentadas. O projeto vai novamente ao plenário da Constituinte, em segundo turno para ser votado. Nesta etapa a votação do projeto será global ressaltadas as emendas e os destaques, sob os mesmos critérios do primeiro turno.

Concluída a votação, a matéria volta à Sistematização que no prazo de cinco dias oferece a redação final. Será concedido o prazo de 24 horas para publicação e distribuição de avulsos, voltando ao plenário da Constituinte para ser votada em turno único e em uma única sessão. Será dispensada a redação final se o texto do projeto for aprovado em segundo turno sem destaques ou emendas. Havendo emendas, estas retornarão à Comissão de Sistematização que terá uma sessão para apreciar e outra para votar o parecer. Finda a votação do segundo turno, o presidente da Constituinte convocará uma sessão especial de caráter solene, destinada à promulgação da nova Constituição e declaração dissolvida a Assembleia Nacional Constituinte.

## Ulysses acha difícil o acordo sobre sistema

O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, admitiu ontem ser difícil se chegar a um consenso quanto ao sistema de governo, se parlamentarista ou presidencialista. Afirmou também que ainda não examinou com mais profundidade a emenda que prevê a instalação do regime parlamentarista gradual, na qual os poderes de chefe de Governo e Estado do presidente Sarney não seriam afetados, uma vez que seu mandato teria a duração de seis anos.

Ulysses disse ignorar a avaliação do Palácio do Planalto sobre a emenda de parlamentarismo gradual, mas acrescentou que o próprio presidente Sarney já reiterou que quer permanecer no Governo somente cinco anos. O

presidente da Constituinte, reafirmou a necessidade de se discutir prioritariamente o sistema de Governo, para que mais tarde, à medida que outros temas constitucionais forem aprovados se adaptem à forma de Governo escolhida.

Ontem à tarde, Ulysses Guimarães manteve encontro na casa do ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, para discutir a proposta do parlamentarismo gradual. O encontro, entretanto, foi cancelado. Ulysses afirmou que conversaria sobre o assunto com Costa Couto e Sarney durante o jantar de ontem no Palácio do Alvorada, em comemoração ao Sete de Setembro.

## PL vai à TV

Favorecido pelo desgaste dos partidos que formam a Aliança Democrática, o Partido Liberal (PL) coloca no ar hoje à noite, em cadeia nacional de televisão, um programa "transmitido para os jovens e classe média, a sua mensagem, sem fazer críticas pessoais e anunciando que pretende ser uma das três maiores legendas partidárias do País até 1990".

## Plebiscito, não

O governador do Paraná, Alvaro Dias, disse em Curitiba, que acha difícil a viabilização de um plebiscito para que a população possa dar a sua opinião a respeito da nova Constituição Brasileira. De acordo com Dias — que é um defensor da idéia do plebiscito, essa questão já devia ter sido discutida e incluída no Regimento Interno da Constituinte, e, abordado antes dos debates das questões temáticas que envolvem a nova Carta.

## Pires é contra

Parlamentarista convicto, o governador Waldir Pires disse, ontem, nesta capital ser contrário à implantação do parlamentarismo gradual com mandato de seis anos para o presidente José Sarney, alegando que o Brasil já viveu experiência semelhante nos anos 60 e não deu certo. Esse gradualismo não é interessante, explicou Waldir Pires, porque o presidencialismo no Brasil teve um século de instabilidade, de não formação das instituições políticas.

## Cabral reúne os grupos do consenso e 32

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, reuniu-se durante todo o dia de ontem com as lideranças do grupo dos 32, senador José Richa, e do consenso, deputado Euclides Scalco, mas, de acordo com o senador, nenhuma questão polêmica foi enfocada.

Trataram de aspectos técnicos da elaboração do substitutivo final, levando em conta a exigüidade de tempo para examinar perto de 14 mil emendas.

O senador Fernando Henrique Cardoso, que também esteve em parte desta reunião, voltou a defender a manutenção de um sistema parlamentarista misto — e não puro como tentou o relator — alegando que esse é o melhor sistema para o Brasil, já que o presidencialismo exauriu suas chances de dar certo. Contudo, advertiu que não pode se fazer essa transição em tempo muito grande sob pena de deixar o País sem governo.

Até bem pouco tempo um defensor do presidencialismo atualizado, o senador Fernando Henrique Cardoso explicou sua mudança de posição assinalando que isso aconteceu depois de verificar a deformação do sistema. Ele, porém, acha que no Brasil o Presidente da República precisa ser forte, como ocorre na França e em Portugal, daí preferir o sistema parlamentarista misto.